ISSN: 2358-8829

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E OUTRAS TERMINOLOGIAS: RELAÇÃO ENTRE VARIEDADE LEXICAL E PERSPECTIVA NEOLIBERAL

CONTINUING TEACHER EDUCATION AND OTHER TERMINOLOGIES: RELATIONSHIP BETWEEN LEXICAL VARIETY AND THE NEOLIBERAL PERSPECTIVE

Resumo

Na produção acadêmica aparecem diferentes termos sobre iniciativas para o desenvolvimento profissional do professor que já está em exercício. Justifica-se esta pesquisa pela identificação de que parece existir no uso dos termos em questão uma carga semântica que ora os possibilita ser considerados sinônimos, ora identifica especificidades. O objetivo desta pesquisa foi realizar uma análise sobre conceitos utilizados neste campo semântico para assumir uma nomenclatura para próximas produções acadêmicas e deixar este registro como contribuição para outros pesquisadores. Utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, foram feitos levantamento, análise crítica e síntese dos conceitos encontrados em artigos e capítulos de livros sobre o tema, de autores, como Silva e Rocha (2019) e Marin (1995) Garcia (1999), Imbernón (2011), Rodrigues, Â.e Esteves, M. (1993) Anair Silva e Juliano Rocha (2019), Antônio Nóvoa (2019), Bernadete Gatti (2019), Dario Fiorentini (2019), Francisco Imbernón (2019), Isabel Alarcão (2019), Manuela Esteves (2019) e Maurice Tardif (2019). Como conclusão, identificamos a consonância entre importantes autores de que os termos Formação Contínua e Formação Continuada podem ser utilizados como sinônimos; as nomenclaturas Formação e Educação Permanente trazem consideram o professor como sujeito ativo e terminologias como Aperfeiçoamento trazem um teor mercadológico, que retrata e dissemina a agenda neoliberal na Educação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Profissional Docente. Formação Continuada de Professores. Terminologia.

Abstract

In academic literature, different terms are used to refer to initiatives aimed at the professional development of in-service teachers. This study is justified by the observation that the use of these terms appears to involve semantic nuances that sometimes allow them to be considered synonymous and, at other times, highlight their specific characteristics. The aim of this study was to analyze the concepts used within this semantic field in order to adopt a terminology for future academic publications and document this choice as a contribution to other researchers. Using a literature review as its methodology, the study involved the identification, critical analysis, and synthesis of concepts found in articles and book chapters on the subject, written by authors such as Silva and Rocha (2019), Marin (1995), Garcia (1999), Imbernón (2011), Rodrigues and Esteves (1993), Anair Silva and Juliano Rocha (2019), Antônio Nóvoa (2019), Bernadete Gatti (2019), Dario Fiorentini (2019), Francisco Imbernón (2019), Isabel Alarcão (2019), Manuela Esteves (2019), and Maurice Tardif (2019). The findings indicate agreement among prominent scholars that the terms *Formação Contínua* and *Formação Continuada* (both referring to continuing teacher education) may be used synonymously. The terms *Formação Permanente* and *Educação Permanente* (permanent education) emphasize the teacher as an active subject, whereas terms such as *Aperfeiçoamento* (improvement or skills enhancement) carry market-oriented connotations that reflect and disseminate the neoliberal agenda in education.

ISSN: 2358-8829

Keywords: Teacher Professional Development. Continuing Teacher Education. Terminology.

INTRODUÇÃO

Termos como Formação Contínua, Formação Continuada, Formação Permanente, Educação Continuada, Educação Permanente, Reciclagem, Treinamento, Aperfeiçoamento, Capacitação aparecem na produção acadêmica sobre iniciativas para o desenvolvimento profissional do professor que já está em exercício. Há ainda as traduções para outras línguas, como inglês, francês e espanhol, destas terminologias, como: Continuing Teacher Training, Continuing Teacher Education, Professional Development, Formación Continue, Formação Continuée, Formación Continua, Formación Continuada ou Formación Permanente. Justifica-se esta pesquisa pela identificação de que parece existir no uso dos termos em questão uma carga semântica que ora os possibilita ser considerados sinônimos, ora identifica especificidades de cada termo. Neste estudo, pretende-se debruçar-se sobre este vasto léxico e compreender suas particularidades. O objetivo desta pesquisa é realizar um levantamento bibliográfico sobre os termos e conceitos utilizados neste campo semântico.

A partir dos trabalhos de Silva e Rocha (2019) e Marin (1995), foi possível acessar as reflexões de vários autores, como Garcia (1999), Imbernón (2011), Rodrigues, Â.e Esteves, M. (1993), sobre a terminologia utilizada neste campo, compreendendo que não se trata apenas das palavras escolhidas, mas do sentido por trás de tais categorias. Identificar as abordagens que são traduzidas na escolha do léxico pode nos ajudar, enquanto pesquisadores, a analisar as iniciativas promovidas para com os docentes para o seu desenvolvimento profissional.

Vale destacar que utilizamos aqui o conceito de desenvolvimento profissional trazido por Almeida, 2012 (*apud* Vieira *et al*, 2024):

> processo gradual e ininterrupto no qual o(a) professor(a) progride por meio das descobertas pessoais e coletivas, articulando a formação com os demais aspectos da atuação profissional docente como: contexto social de atuação, ética, condições sociais e materiais de trabalho, carreira, salário, jornada e avaliação profissional.

FORMAÇÃO CONTÍNUA E FORMAÇÃO CONTINUADA: SINÔNIMOS?

Primeiramente, diferencia-se os termos Formação Contínua e Formação Continuada, principalmente a partir do artigo “Dilemas em torno dos conceitos/termos formação contínua e formação continuada: um diálogo com pesquisadores do Brasil, Canadá, Espanha e Portugal”, de Anair Silva e Juliano Rocha (2019).

Os autores perceberam o uso de ambos os termos sem justificativa clara e, por isso, fizeram uma pesquisa com nove renomados estudiosos de quatro países: Antônio

ISSN: 2358-8829

Nóvoa (Portugal), Bernadete Gatti (Brasil), Dario Fiorentini (Brasil), Francisco Imbernón (Espanha), Isabel Alarcão (Portugal), Manuela Esteves (Portugal), Maurice Tardif (Canadá) e Vera Candeau (Brasil), questionando-os se havia diferença entre os termos Formação Contínua e Formação Continuada. Iniciamos identificando um posicionamento que foi unanimidade entre seis dos nove autores questionados, Nóvoa, Gatti, Fiorentini, Alarcão, Esteves e Candeau: o termo Formação Continuada é mais utilizada no Brasil e o termo Formação Contínua é mais utilizada em Portugal, sendo, para a maioria dos autores citados, sinônimos. Fiorentini (*apud* Silva; Rocha, 2019) complementa que em países de língua espanhola também é mais comum o uso do termo Formação Contínua. Isso justifica por que Silva e Rocha (2019) haviam identificado que autores como Garcia (1999) (Espanha), Rodrigues (2006) (Portugal) e Rodrigues e Esteves (1993) (Portugal) utilizam Formação Contínua, sem apresentar justificativa para o uso. Maurice Tardif e Selma Garrido Pimenta concordam que os termos são utilizados como sinônimos.

A distinção considerando os países, Brasil e Portugal, também justificam o fato, apontado por Bernadete Gatti, de que nos documentos oficiais brasileiros tende-se a fazer uso do termo Formação Continuada.

Na Lei de Diretrizes e Bases, observa-se os seguintes trechos (na hierarquia normativa, está acima da Resolução anteriormente citada):

> Art. 43. A educação superior tem por finalidade:
>
> II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua **formação contínua**;
>
> [...]
>
> Art. 62
>
> [...]
>
> § 2º A **formação continuada** e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.
>
> [...]
>
> Parágrafo único. Garantir-se-á **formação continuada** para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação.
>
> [...]
>
> Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

ISSN: 2358-8829

> IX – realização de atividades curriculares complementares voltadas ao aprendizado dos alunos ou à **formação continuada** dos profissionais da educação, tais como exposições, feiras ou mostras de ciências da natureza ou humanas, matemática, língua portuguesa ou língua estrangeira, literatura e cultura. (Brasil, 1996)

Já na Resolução sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), encontra-se:

> Art. 5º A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos:
>
> [...]
>
> II - a articulação entre a formação inicial e a **formação continuada**;
>
> VIII - a **formação continuada** que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente. (Brasil, 2019) (Grifos da autora)

De acordo com os trechos acima, entende-se que, nos documentos brasileiros, o termo Educação Continuada é majoritariamente utilizado enquanto modalidade, sempre em dicotomia com a Formação Inicial. A Formação Inicial é, portanto, aquela que se adquire em nível de graduação para possibilitar o exercício profissional e a Formação Continuada, aquela que se adquire após a Formação Inicial, durante o exercício docente.

Nos documentos, não parece haver uma negação do termo Educação Contínua, considerando que a Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) o utiliza, mesmo que uma vez só. Por outro lado, uma análise mais atenta pode considerar que o uso do termo Formação Contínua na LDB parece ser mais abrangente e não necessariamente relacionada a um nível, estágio ou modalidade, como é o caso do termo Formação Continuada.

Esta análise vai ao encontro do que sugere Fiorentini na pesquisa de Silva e Rocha (2019). Ele diz que Educação Continuada se dá por meio de cursos, após a graduação, enquanto a Educação Contínua, no sentido de Educação Permanente, na perspectiva de desenvolvimento profissional de aprendizagem ao longo da vida, que não se dá apenas em cursos.

Imbernón (2011) corrobora com o uso do termo Educação Permanente, ao qual retomaremos mais à frente. Na pesquisa já citada, ele afirma que para o campo da Educação este é o termo mais valoroso, enquanto os termos *Formación Continua* e *Formación Continuada* ficam para o uso de empresas. Essa afirmação de Imbernón

ISSN: 2358-8829

pode sugerir uma reflexão sobre a perspectiva neo-liberal que tem invadido o contexto educacional.

FORMAÇÃO CONTÍNUA/CONTINUADA DE PROFESSORES E AGENDA NEOLIBERAL

Retomamos uma importante reflexão: os termos sobre os quais dialoga-se aqui não são palavras ingênuas, mas carregam consigo significados que, consequentemente, apresentam quais concepções estão por trás da escolha lexical. Sobre quais empresas fala Imbernón? Se trouxermos para o contexto brasileiro, identificamos que muitas iniciativas para o desenvolvimento profissional, como cursos, workshops, oficinas, palestras, são oferecidas ou por Escolas Privadas e Sistemas de Ensino (empresas) para o seu corpo docente ou por Secretarias de Educação. Neste segundo caso, cabe destacar as iniciativas feitas a partir das parcerias público-privadas, sobre o que Rodrigues (2022) afirma:

> É preciso entender que o campo da formação é de disputa e de interesses de classes, sendo assim, os aparelhos privados passam a promover a formação docente, formando professores em massa e em seus pontos de vista, ou seja, um professor como imitador de suas propostas, um profissional "gerenciado".

Para além da intervenção direta nas políticas e na promoção de Formação Continuada, Sousa e Vidal (2022) apontam "a intervenção de grupos empresariais na agenda educacional", que "proporcionou mudanças significativas seja no campo da educação básica, como também no ensino superior, modificando sobretudo a formação de professores".

Selma Pimenta (1996) também tece esta crítica ao afirmar que "no que se refere à formação contínua, a prática mais frequente tem sido a de realizar cursos de suplência e/ou atualização dos conteúdos de ensino" e conclui que "esses programas têm se mostrado pouco eficientes para alterar a prática docente, e, consequentemente, as situações de fracasso escolar, por não tomarem a prática docente e pedagógica escolar nos seus contextos."

Atividades que seguem este perfil tendem a repetir algumas terminologias, como será disposto a seguir.

RECICLAGEM, TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO: ONDE FICA O PROFESSOR ENQUANTO SUJEITO?

Marin (1995), faz um apanhado de outros termos que nos parecem ter concepções tecnicistas em seu texto "Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções.". Segundo ela, o termo Reciclagem foi bastante utilizado na

ISSN: 2358-8829

década de 1980, como “Atualização pedagógica, cultural para se obterem melhores resultados" (Ferreira *apud* Marin, 1995, p.14). A autora problematiza o fato de que a ideia de reciclagem pressupõe um material manipulável, que será conduzido a alterações radicais. No contexto histórico da Educação, essa nomenclatura significou cursos rápidos e descontextualizados, encontros esporádicos e superficiais. Há uma tendência ao desaparecimento deste termo, sobretudo no discurso dos profissionais de Educação.

O termo treinamento (tornar destro, apto, capaz) também foi muito utilizado. Para Green (1971, *apud* Marin, 1995, p.15) traz a perspectiva de modelagem de comportamento, e a ideia de molde para Scheffler (1974, a*pud* Marin, 1995, p.15) é incompatível com a natureza humana. A autora defende que o termo treinamento não deve ser completamente excluído. Pode-se pensar em “automatismos fundamentais no processo educacional” (Marin, 1995, p.15), como no caso de treinamentos com professores de Educação Física. Por outro lado, tais ações não podem de forma alguma ser mecânicas.

O aperfeiçoamento, por sua vez, traz a ideia de perfeição é incompatível com a noção atual de Educação. Há ainda a Capacitação, no sentido de tornar capaz, habilitar ou convencer, persuadir. A autora concorda com a primeira ideia, pois aquela corrobora com a concepção de que a profissão docente não é um dom, como criam os inatistas. Por outro lado, discorda do segundo conjunto de significados, já que o professor não deve ser convencido, persuadido ou doutrinado, e sim deve analisar, criticar e refletir.

> A adoção dessa concepção desencadeou entre nós, inúmeras ações de ‘capacitação’ visando a ‘venda’ de pacotes educacionais ou propostas fechadas aceitas acriticamente em nome da inovação e da suposta melhoria (Marin, 1995, p.17)

Este trecho retoma a discussão feita em tópico prévio sobre a mercantilização das formações de professores. Os termos reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento e capacitação - e podemos adicionar outros, como atualização - não parecem abarcar a grandiosidade do processo de reflexão o qual o professor precisa continuar trilhando ao longo de sua carreira profissional. Trazem uma perspectiva fragmentada e restrita, mantendo o professor como objeto dos cursos, palestras e demais iniciativas e não como sujeito.

EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO, PERMANENTE OU CONTINUADA

A autora chega, finalmente, aos termos Educação Permanente, Formação Continuada e Educação Continuada. “Esses três conjuntos de termos podem ser colocados no mesmo bloco, pois há muita similaridade entre eles, na medida em que se manifestam a partir de outro eixo para a formação de professores, para a pesquisa em

ISSN: 2358-8829

educação, para os compromissos institucionais educacionais" (Marin, 1995, p. 17). Essas terminologias parecem se aproximar mais das concepções mais filosóficas e menos pragmáticas sobre o tema. Há uma valorização do conhecimento dos profissionais.

A Educação Permanente, segundo a autora, diz respeito à Educação como processo prolongado pela vida toda. Apesar de concordarmos neste ponto, entendemos que é um conceito que foge da ideia de formação de professores, pois é bastante abrangente. Iveicki (2021), por exemplo, traz a noção de Educação Permanente, como Educação ao Longo da Vida ou *Lifelong Education*, que, por sua vez, dialoga com a Educação de Jovens e Adultos, apesar de não se limitar a ela. Há ainda intersecções com a Andragogia, termo cunhado por Knowles (1970) para caracterizar a Educação de Adultos, em um conceito reducionista do termo.

Apesar de trazer essa ideia de "Educação em Permanência" como defende Isabel Alarcão (*apud* Silva; Rocha, 2019), com a qual concordamos, por causa desses outros usos do termo, nos parece que o uso acadêmico poderia trazer algumas confusões, podendo haver dificuldade em compreender do que se trata exatamente a Educação Permanente.

Há ainda a variação Formação Permanente, identificada em Freire (2001, p. 72) e Imbernón (2022). Como já pontuamos anteriormente, a noção de Educação e Formação Permanente parece indicar uma reflexão mais filosófica sobre o tema, pautado na consciência do inacabamento (Freire, 1996, p.55).

Em relação ao termo Formação Continuada, Marin (1995) cita os trabalhos de Nóvoa (1992), Perrenoud (1993) e Chantraine-Demailly (1992), dando destaque a questões metodológicas desta última autora que não cabe serem aprofundadas aqui. Por outro lado, é válido pontuar que nas três referências citadas a nomenclatura que é encontrada é Formação Contínua, ratificando o possível uso dos dois termos como sinônimo, como apontado no primeiro tópico deste artigo.

Finalmente, a Educação Continuada é a terminologia defendida por Marin (1995, p. 18), segundo ela, trata da "Educação mobilizadora de todas as possibilidades e de todos os saberes dos profissionais" e auxilia "profissionais a participar ativamente do mundo que os cerca, incorporando tal vivência no conjunto de saberes de sua profissão". É uma abordagem mais ampla, rica e potencial e pode incorporar em si outros termos, como treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, mas não se limita a eles.

Uma reflexão que não foi encontrada em nenhum dos textos lidos uma reflexão sobre o termo Formação. Segundo o dicionário Houaiss online[1], o verbo formar pode ter, entre outras, as seguintes definições:

> 1. t.d. e pron. dar ou tomar forma; estruturar(-se)

[1] Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/houaisson/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php// Acesso em: 13 abr. 2025.

> 2 t.d. e pron. conceber ou ser concebido, criar-(se); arquitetar(-se)
> 3 t.d. desenvolver paulatinamente; construir, elaborar

Ao nosso ver, a noção de criar, construir, elaborar, parece deixar o professor de fora do processo, como treinamento. Ainda mais problemático parece ser a definição de dar ou tomar forma, que se assemelha a ideia de molde cuja crítica Scheffler (1974, a*pud* Marin, 1995, p.15) já foi apresentada neste trabalho.

Por outro lado, já é admitida a definição de Formação com foco no campo da Educação, não havendo, portanto, a nosso ver, prejuízo quanto ao uso desta terminologia:

> 5 t.d. e pron. ministrar a (alguém) ou receber educação ou instrução formal e dar ou receber o respectivo diploma
> 6 t.d. e pron. dar ou receber ensinamentos.

PARA ALÉM DA TERMINOLOGIA - E A PARTIR DELA

Existem linhas tênues entre as terminologias estudadas. Há, entre elas, "multiplicidade de significados e a possibilidade de que, num processo educativo continuado, possamos utilizar mais de um termo e sua concepção, dependendo das circunstâncias e das necessidades" (Marin, 1995, p.19). Por ora, justifica-se a partir de agora o uso do termo Formação Continuada em nossos posteriores trabalhos, pela sua ampla disseminação no Brasil e limites dos outros vocábulos.

Porém, destaca-se que, para além da escolha da expressão a ser utilizada, é importante ter clareza em qual abordagem se defende por meio dela. Como afirma Mulenga, "Nossas próprias definições de *teacher education* e *teacher training* prescrevem nossa prática, já que definições influenciam práticas"[2] (Mulenga, 2020)

O conceito que carregamos de Formação Continuada vai além da formação que "tem lugar ao longo da carreira profissional após a aquisição da certificação profissional inicial" (Rodrigues; Esteves, 1993, p. 44-45 *apud* Silva; Rocha, 2019, p. 1146), trata-se

Segundo Imbernón (2010), é necessário que a Educação Continuada, ou Permanente, de professores seja um processo contínuo, que tenha o professor como sujeito ativo do processo. Um professor que se entenda enquanto pesquisador de sua área.

> a formação continuada deveria apoiar, criar e potencializar uma reflexão real dos sujeitos sobre sua prática docente nas instituições educacionais e em outras instituições, de modo que lhes permitisse examinar suas teorias implícitas, seus esquemas de funcionamento, suas atitudes, etc, estabelecendo de forma firme um processo constante de autoavaliação do que se faz e por que se faz.

[2] Tradução da autora.

ISSN: 2358-8829

Paulo Freire (1994) identifica neste tipo de formação a prática de analisar a prática. Quando o professor reflete sobre aquilo que faz, consegue encontrar respostas que unem teoria e prática.

> É nesse contexto que as pesquisas sobre a prática estão anunciando novos caminhos para a formação docente. Um deles refere-se à discussão sobre a identidade profissional do professor, tendo como suporte teórico-metodológico a questão dos saberes que constituem a docência e o desenvolvimento dos processos de reflexão docente sobre a prática. (Pimenta, 1996)

Este tipo de formação que podemos chamar de formação permanente emancipadora de professores se opõe a formações que sigam uma agenda neoliberal em que "o professor é um ignorante que assiste a sessões que 'culturalizam e iluminam profissionalmente" (Imbernón, 2010, p. 9).

Pimenta e Anastasiou (2002) corroboram com esta crítica quando afirmam que

> A lógica das competências deposita no trabalhador a responsabilidade de permanentemente adquirir novas competências, por intermédio de inúmeros e diversos cursos. Esse movimento está configurando ampla oferta de cursos de formação contínua, em virtude das exigências do mercado.

A lógica do mercado é incompatível com a lógica da Educação, pois esta visa a emancipação do sujeito e aquele, seu aprisionamento. Retomando Freire (2000) temos que "a educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude.". Por isso, preterimos o uso de terminologias que, como vimos ao longo deste artigo, dialogam com estes interesses mercadológicos na área da Educação.

Uma formação de professores que tenha o compromisso com os profissionais e o próprio campo da Educação contribuem, segundo Freire (1994) com a melhora dos realidade educacional no país, especialmente, se for alinhada à superação de outros desafios como questões estruturais e falta de valorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos feitos é possível traçar algumas conclusões: Formação Contínua e Formação Continuada são, em linhas gerais, utilizadas como sinônimos, sendo a primeira mais utilizada em Portugal e países de língua espanhola e Formação Continuada, no Brasil, sendo amplamente disseminado na produção acadêmica e em

documentos oficiais, em especial nestes últimos, o termo é utilizado como modalidade, se opondo à Formação Inicial.

Para ir além desse uso pragmático da terminologia, alguns autores preferem utilizar o termo Educação ou Formação Permanente, que traz uma forte carga semântica e filosófica de que tipo de Formação se busca para esses professores, uma formação "que consiste em descobrir, organizar, fundamentar, revisar e construir a teoria" Imbernón (2006, p. 49), em que o professor é um sujeito ativo e não "um ignorante que assiste a sessões que 'culturalizam e iluminam profissionalmente" (Imbernón 2010, p. 9).

Os termos Reciclagem, Treinamento, Aperfeiçoamento e Capacitação trazem uma perspectiva mercadológica que, em geral, vem sendo superada nas produções acadêmicas e nos discursos de professores, apesar de ainda serem utilizadas em algumas iniciativas. Iniciativas essas que foram problematizadas neste estudo por, muitas vezes, serem mercantilistas, tecnicistas e seguirem uma agenda liberal que busca relegar ao professor um papel de reprodução e não de criação, análise e reflexão.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 58 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file Acesso em: 09 out. 2025.

CHANTRAINE-DEMAILLY, L. Modelos de formação contínua e estratégias de mudança. *In:* Nóvoa, A. (Org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, p. 139-158.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, C. M. **Formação de Professores**: para uma mudança educativa. Porto, Portugal: Porto Ed., 1999.

IVENICKI, Ana. A Educação permanente e a formação continuada docente: questões urgentes para um mundo pós-pandêmico. **Ensaio: Avaliação Políticas Públicas Educacionais.** Rio de Janeiro v. 29, n. 113, p. 849-856, out. 2021. DOI:

https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002901130001 Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362021000400849 Acesso em: 07 mai. 2025.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores.** 1. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2022.

KNOWLES, Malcolm S. **The modern practice of adult education:** andragogy versus pedagogy. New York: Association Press, 1970.

MARIN, A. J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos CEDES.** Campinas, SP, n. 36, 1ª ed. 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/343837312_Educacao_Continuada_introducao_a_uma_analise_de_termos_e_concepcoes Acesso em: 07 mai. 2025.

MULENGA, Innocent Mutale. Teacher Education versus Teacher Training: Epistemic Practices and Appropriate Application of both Terminologies. **Journal of Lexicography and Terminology.** Lusaka, Zambia, v. 4, n. 1. 2020. https://www.researchgate.net/publication/342282844_Teacher_Education_versus_Teacher_Training_Epistemic_Practices_and_Appropriate_Application_of_both_Terminologies Acesso em: 07 mai. 2025.

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. *In:* NÓVOA, A. (Org.) **Os professores e a sua formação.** Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, p. 15-33.

PERRENOUD, P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação** - Perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação.** São Paulo, v. 22, n. 2, 1996. DOI**:** https://doi.org/10.1590/S0102-25551996000200004 Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33579 Acesso em: 07 mai. 2025.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo. **Educação, Identidade e Profissão Docente.** São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Â.; ESTEVES, M. **A análise de necessidades formativas na formação de professores.** Portugal: Porto, 1993.

RODRIGUES, Â. **Análise de práticas e de necessidades de formação**. Lisboa, Portugal: Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2006.

RODRIGUES, Lara. A Relação Público-Privado Na Formação Continuada De Professores: Uma Proposta Neoliberal. **Revista Educação Básica em Foco**. Brasília, v.3, n.2, abr-jun 2022. Disponível em:

https://www.educacaobasicaemfoco.net.br/09/Artigos/Lara_Cristina_Evaristo_Rodrigues.pdf Acesso em: 07 mai. 2025.

SOUSA, Maria Arleilma. VIDAL, Eloísa. Formação de Professores na Agenda Neoliberal. *In.:* VIII Congresso Nacional de Educação. 2022, João Pessoa. **Anais VIII Congresso Nacional de Educação.** João Pessoa: Realize Editora, 2022.

SILVA, Anair. Rocha, Juliano. Dilemas em torno dos conceitos/termos formação contínua e formação continuada: um diálogo com pesquisadores do Brasil, Canadá, Espanha e Portugal. **Revista Olhares & Trilhas.** Uberlândia, vol. 23, n.3. jul-set 2021. DOI: 10.14393/OT2021v23.n.3.61499 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/355392768_Dilemas_em_torno_dos_conceitostermos_formacao_continua_e_formacao_continuada Acesso em: 05 mai. 2025.

VIEIRA, Géssika et al.. Formação e desenvolvimento profissional docente na educação superior: perspectivas, desafios e práticas transformadoras. *In.:* Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino. 2024, Campina Grande. **Anais Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**. Campina Grande: Realize Editora, 2024.